



CÂMARA DOS DEPUTADOS
O DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº , DE 2017

(Da Sra. Janete Capiberibe)

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Minorias (em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal) afim de debater soluções à violência contra povos indígenas, de quilombos e populações rurais.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Ex.^a, ouvido o Plenário desta Comissão, realizar reunião de Audiência Pública desta Comissão afim de debater soluções à violação dos direitos humanos e o direito à vida dos povos indígenas, de quilombos e populações rurais.

Para a audiência pública solicitamos a presença dos seguintes convidados:

- ✓ Ministro da Justiça, Senhor Osmar Serraglio;
- ✓ Presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos, Senhor Darci Frigo;
- ✓ Presidente da Comissão Pastoral da Terra - CPT, Dom Enemésio Lazzaris;
- ✓ Coordenador da Coordenação Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ,
- ✓ Coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Senhor Alexandre Conceição;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

- ✓ Coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Senhor Joceli Jailson José Andrioli;
- ✓ Coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, Sônia Guajajara.

JUSTIFICAÇÃO

Em um curto espaço de tempo, foram noticiados o massacre de 9 trabalhadores rurais no município de Colniza, no Mato Grosso, o ataque aos índios Gamela, no Maranhão, o ataque a líderes quilombolas da comunidade Marobá dos Teixeira, em Minas Gerais; na zona rural do município de Castanhal, no nordeste do Pará, a presidente da Associação de Moradores do Assentamento 1º de Janeiro, Kátia Martins, de 43 anos, foi assassinada dentro de casa na noite de quinta-feira (4); em Eldorado dos Carajás, no sudeste do Pará, foi morto o trabalhador rural Etevaldo Soares Costa, também assassinado na quinta, 4. Todos motivados pela tentativa de expulsar das terras as pessoas que tradicionalmente e de longa data as ocupam.

Segundo o relatório da Comissão Pastoral da Terra, recém apresentado, 2016 é um dos anos mais violentos em todo o período em que a CPT faz o registro, desde 1985. O relatório de 2016 destaca o maior número de assassinatos em conflitos no campo dos últimos 13 anos: 61 assassinatos – 11 a mais que no ano anterior, quando foram registrados 50 assassinatos. 48 destes assassinatos ocorreram na Amazônia Legal. Além do aumento no número de assassinatos, houve aumento em outras violências. Ameaças de morte subiram 86% e as tentativas de assassinato, 68%.

Dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e do Distrito Sanitário Especial Indígena do Mato Grosso do Sul (Dsei-MS) compilados pelo Conselho Indigenista Missionário, mostraram 137 assassinatos de indígenas em todo o país, em 2015, sendo 36 deles no Mato Grosso do Sul.

O Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB aponta graves violações contra as populações locais na construção de barragens no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rondônia e Pará, para citar algumas.

Solicito aos nobres pares a aprovação deste requerimento.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
O DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

Sala da Comissão, em 08 de Maio de 2017.

Deputada **Janete Capiberibe**
PSB/AP